

# OS INVISÍVEIS – A IMIGRAÇÃO ITALIANA NA LITERATURA BRASILEIRA

## THE INVISIBLES – ITALIAN IMMIGRATION IN BRAZILIAN LITERATURE

Luiz Ruffato\*

**RESUMO:** A partir da minha experiência pessoal, de neto de imigrantes da província de Padova que chegaram ao Brasil no fim do século XIX, tento compreender a presença (ou ausência) da temática na literatura brasileira, lembrando que o país comporta o maior número de descendentes de italianos do mundo. Desde meus primeiros livros venho refletindo sobre a questão da chegada dos imigrantes numa região específica, Minas Gerais, e sua posterior adaptação, desfazendo o mito que existe, dentro e fora do Brasil, de que os *oriundi* chegaram para “conquistar a América” e lá enriqueceram e se fizeram impor como classe social dominante.

**Palavras-chave:** 150 anos de imigração italiana para o Brasil. Legado italiano. Literatura brasileira.

**ABSTRACT:** Based on my personal experience as the grandson of immigrants from the province of Padova who arrived in Brazil at the end of the 19th century, I try to understand the presence (or absence) of this theme in Brazilian literature, remembering that the country has the largest population of Italian descendants in the world. Since my earliest books, I have been reflecting on the issue of the arrival of immigrants in a specific region, Minas Gerais, and their subsequent adaptation, dismantling the myth that exists both within and beyond Brazil, that the *oriundi* arrived to “conquer America”, became rich, and established themselves as the dominant social class.

**Keywords:** 150 years of Italian immigration to Brazil. Italian legacy. Brazilian literature.

---

\* Nasceu em Cataguases (MG), em 1961. Publicou, entre outros, os romances *Eles eram muitos cavalos*, *Inferno provisório*, *De mim já nem se lembra*, *Estive em Lisboa e lembrei de você*, *Flores artificiais*, *O verão tardio* e *O antigo futuro*. Seus livros receberam prêmios nacionais (Machado de Assis, APCA e Jabuti) e internacionais (Casa de las Américas, em Cuba). Foi escritor-residente na Universidade de Berkeley (EUA) em 2012 e ganhou os prêmios Escritor Galego Universal (na Galiza, em 2015) e Hermann Hesse (na Alemanha, em 2016). Sua obra está publicada em 15 países.

Embora o desembarque de 386 italianos no porto de Vitória, no Espírito Santo, em 1874, seja considerado o ato inaugural do processo de imigração para o Brasil, há registro de cidadãos daquele país em solo nacional desde muito antes. Parece que o primeiro a chegar foi o nobre florentino Filippo Cavalcanti, que, já em 1572, achava-se na capitania de Pernambuco, onde, casando-se com a filha do governador Jerônimo de Albuquerque, tornou-se senhor de engenho, fundando um dos mais influentes clãs do Nordeste, os Cavalcanti, a ponto de haver originado um ditado popular que assevera que, naquela região, quem não é Cavalcanti é cavalgado.

Ainda antes de 1874, o Brasil recebeu diversas levas de italianos, entre religiosos e profissionais especializados, como alfaiates, sapateiros, mecânicos, funileiros, músicos, ourives, artistas plásticos e até mesmo exilados políticos, como o grupo que, em 1837, participou, em Salvador, de um movimento revolucionário chamado Sabinada, que propunha a instalação de uma república provisória na Bahia (Lilli, 2015). O primeiro censo demográfico realizado no Brasil, em 1872, revelou que o país possuía um total de 9,9 milhões de pessoas, com cerca de 5,6 mil italianos. O Rio de Janeiro, capital do país, que contava com 275 mil habitantes, alojava 1,7 mil italianos (Recenseamento do Brasil, 1872).

Mas, se até então, o Brasil atraía cidadãos italianos isolados, geralmente mão-de-obra qualificada urbana, a partir de 1874 passa a ocorrer imigração em massa, em grande parte destinada ao campo, seja para o cultivo de café em São Paulo e Minas Gerais, seja para ocupar áreas despovoadas no Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Entre 1884 e 1939, o Brasil recebeu 1,5 milhão de italianos, o que corresponde hoje a cerca de 30 milhões de descendentes, ou seja, 15% do total da população do país, considerado o maior contingente *oriundi* do mundo.

O ápice dessa imigração aconteceu entre 1884 e 1903, quando entraram no país mais de um milhão de italianos. O período coincide, no Brasil, com a escassez de mão-de-obra para a cafeicultura em plena expansão, devido à proibição do tráfico negreiro, por um lado, e, por outro, às políticas de restrições à

escravatura (Lei do Ventre Livre, em 1871, Lei dos Sexagenários, em 1885), que acabaram por resultar na abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República no ano seguinte. Na Itália, o mesmo período coincide com excesso de população, escassez de terras e desemprego, problema que iria perdurar ao longo de boa parte do século XX: entre 1870 e 1970, estima-se que o país perdeu 28 milhões de pessoas, que emigraram para vizinhos da Europa (França, Suíça e Alemanha, principalmente), Estados Unidos, Argentina e Brasil.

Até 1861, a Itália era uma colcha de retalhos formada por reinos independentes (Sardenha e Duas Sicílias), estados feudais (Estados Pontifícios, Grão-Ducado da Toscana, Ducado de Parma e Ducado de Modena) e o reino Lombardo-Vêneto, subsidiário do Império Austro-Húngaro. A unificação completa da Itália só ocorreria no final da I Guerra Mundial, com a incorporação das províncias do Trentino, Tirol, Trieste e Ístria, que ainda se achavam sob domínio do Império Austro-Húngaro. Assim, as guerras pela unificação, que se arrastaram entre 1848 e 1870, provocaram uma grave crise econômica e social. A grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários trouxe fome aos camponeses, cujos núcleos familiares agregavam entre 12 e 15 pessoas. A maioria da população não contava com escolas, estradas, hospitais, água tratada e saneamento básico e era acossada por doenças endêmicas – estima-se que 400 mil pessoas por ano morriam acometidas por malária, cólera e pelagra, metade delas crianças com menos de cinco anos (Villa, 2002).

Assim, quando o Brasil, a partir de 1871, resolveu implementar uma política de incentivo à imigração, despertou de imediato o interesse dessa massa de miseráveis analfabetos. A propaganda oficial, disseminada por toda a Europa, alimentava o sonho de os imigrantes tornarem-se rapidamente proprietários de terras, oferecendo passagem subsidiada para o porto de Santos ou do Rio de Janeiro. Em 1895, havia 33 companhias de emigração na Itália, com mais de sete mil funcionários. Comparados pela imprensa da época a traficantes de escravos, eles percorriam as aldeias nos dias de feira distribuindo panfletos com falsas promessas, contando, na maior parte das vezes, com o conluio de prefeitos, padres e mestres-escolas (Trento, 1989, p. 29-30.).

Convencidos a emigrar, percorriam longas distâncias, muitas vezes a pé, até os portos de Gênova, no norte, ou Nápoles, no sul, onde eram explorados por taberneiros e estalajadeiros, gastando as últimas liras auferidas com a venda de seus poucos pertences. Embarcados, enfrentavam uma viagem que durava entre 21 e 30 dias, dependendo das condições do tempo, amontoados nos porões como passageiros de terceira classe. Milhares nunca chegaram ao destino: morreram de doenças devido à falta de higiene, principalmente cólera; morreram de fome; morreram asfixiados; morreram afogados, como nos naufrágios dos navios Sirio e Princesa Mafalda, em 1888 e 1927, respectivamente.

Ao desembarcar no Brasil, a situação não melhorava. Encaminhados para as fazendas de café, onde enfrentavam uma vida de semiescravidão, ou para as colônias, onde encontravam terras longe das cidades e não propícias à agricultura, seus apelos desesperados chegaram à grande imprensa italiana, forçando o governo a tomar uma atitude. Por meio do Régio Comissariado da Emigração, dois jornalistas, Adolfo Rossi e Arrigo de Zettiry, foram encarregados de viajar ao Brasil para produzir relatórios destinados a subsidiar as discussões na Itália. De Zettiry visitou colonos no Espírito Santo e Minas Gerais<sup>1</sup> e Rossi percorreu o interior do estado de São Paulo.

Os relatórios tornaram-se peças fundamentais – principalmente o de Rossi, que permaneceu no Brasil entre 2 de janeiro e 23 de abril de 1902 – para a decisão do governo de baixar um decreto em 26 de março daquele ano, conhecido como Decreto Prinetti, proibindo a emigração subvencionada para o Brasil<sup>2</sup>. Em seu

---

<sup>1</sup> *Condizioni dei coloni italiani negli stati di Spirito Santo e di Minas Geraes (Brasile)*. Roma: Reggio Comissariato dell'Emigrazione, 1902. Esta obra está parcialmente publicada no Brasil (De Zettiry, 2021).

<sup>2</sup> As péssimas condições a que os imigrantes, de todas as nacionalidades, estavam submetidos não foram condenadas apenas na Itália. Em 1860, o médico e pesquisador Johann Jakob von Tschudi viajou ao Brasil como enviado extraordinário da Confederação Suíça, e seu relatório, posteriormente publicado em livro, *Reisen durch Südamerika* (cinco volumes entre 1866 e 1869), levou aquele país a proibir em definitivo a emigração devido às más condições de vida e semiescravidão. O mesmo ocorreu com o governo prussiano, que, após a repercussão do livro de Thomas Davatz, *Die Behandlung der Kolonisten in der Provinz St. Paulo in Brasilien und deren Erhebung gegen ihre Bedrücker. Ein Noth und Hilfsruf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angehörten*. Dargestellt von dem ehemaligen Kolonisten (literalmente algo como “O tratamento dispensado aos colonos da província de São Paulo no Brasil e sua rebelião contra seus opressores. Um pedido de socorro e

relatório, Rossi destacava a situação de saúde precária, ligada à má alimentação e à falta de higiene, e o descumprimento dos contratos, por parte dos fazendeiros, que não pagavam os salários devidos. Além disso, a miséria e o sofrimento não se limitavam às doenças e à falta de dinheiro: muitos proprietários mantinham os colonos em condições análogas à escravidão, humilhando-os e praticando preços exorbitantes na oferta de alimentos. Como escreveu Rossi, “giustizia per gli uomini, rispetto per le donne, sono cose ignote”<sup>3</sup> (“justiça para os homens, respeito pelas mulheres são coisas desconhecidas”).

É interessante observar que o Brasil conheceu dois fluxos diferentes de imigração italiana em massa. A primeira, subvencionada, trazia imigrantes para a lavoura de café de São Paulo e Minas Gerais e para as colônias agrícolas do sul do país e Espírito Santo, e contou com uma maioria de mão-de-obra oriunda do norte da Itália, basicamente do Vêneto. A partir do Decreto Prinetti, a imigração não subvencionada passou a ser majoritariamente destinada aos centros urbanos, em particular à cidade de São Paulo, constituída por meridionais da Campânia e Calábria.

E, se a vida no campo era difícil, não muito diferente era a vida na cidade. O estado de São Paulo recebeu 80% dos 1,5 milhão de imigrantes italianos, destinados tanto à cafeicultura quanto à indústria nascente. Em 1901, 90% dos 50 mil operários fabris de São Paulo eram italianos, cujos baixos salários os forçavam a viver em cortiços, conjunto de casas precárias que abrigavam diversas famílias amontoadas em cômodos exíguos. Homens, mulheres e crianças trabalhavam juntos nas fábricas, em longas jornadas que podiam alcançar até 16 horas diárias, sem proteção social contra acidentes, doenças, gravidez, invalidez, desemprego e morte, além da brutal repressão a qualquer

---

ajuda às autoridades e humanistas dos países e estados aos quais pertencem os colonos”), publicado em 1858, também proibiu a emigração para o Brasil, decisão revogada pelo Império Alemão em 1896. (Davatz, 1941).

<sup>3</sup> ARCHIVIO DI STATO DI ROVIGO. *Adolfo Rossi - giornalista del mondo*. Disponível em: <https://movio.beniculturali.it/asro/adolforossigiornalistadelmondo/it/1/home>. Acesso em: 12 dez. 2024.

forma de organização política, que logo se desdobraria também em anulação da própria identidade.

O golpe civil-militar que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 praticamente estabeleceu o fim da imigração em massa, que já vinha decaindo desde o começo do século, e o início da perseguição sistemática aos imigrantes. Por meio do Decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930, o governo inibiu a entrada de “estrangeiros de terceira classe”, com a justificativa de reduzir as altas taxas de desemprego. Esse decreto foi seguido pelo artigo 121 da Constituição de 1934, que, em seu parágrafo 6º, estabelecia cotas para a entrada de estrangeiros, com a finalidade de promover “o amparo da produção”, tendo em vista a “proteção social do trabalhador brasileiro e os interesses econômicos do País”.

O governo Vargas, seguindo a vaga nacionalista que imperou no mundo na primeira metade do século XX, instituiu uma longa série de leis restritivas às atividades dos imigrantes estabelecidos no Brasil. Em 14 de julho de 1934, baixou o Decreto 24.776, que, em seu artigo 32, parágrafo 1º, rezava que a responsabilidade principal e a orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa só poderia ser exercida por brasileiros natos. A Constituição de 1934, em seu artigo 131, reforçou e ampliou este princípio, reservando não só a orientação intelectual e administrativa, como também a propriedade de empresas jornalísticas unicamente a brasileiros natos. Já o Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938, proibia os estrangeiros de exercer atividades políticas, fossem por meio de publicações em jornais ou revistas, fossem por meio de entrevistas, conferências ou discursos, fossem por meio de reuniões em clubes, fundações ou sociedades. Só para se ter uma ideia, em 1940 o Brasil possuía 1,2 milhão de estrangeiros (mais 122 mil naturalizados) em uma população de 41,2 milhões de pessoas – destes, 285 mil italianos natos, mais 40 mil naturalizados<sup>4</sup>, que se encontravam, portanto, impedidos de apresentar suas opiniões publicamente.

<sup>4</sup> Recenseamento geral do Brasil. (1º de setembro de 1940). [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd\\_1940\\_dadosgerais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940_dadosgerais.pdf)  
Contexto (ISSN 2358-9566) Vitória, v. 2, n. 46, 2024  
<https://doi.org/10.47456/contexto.v2i46.47431>

Instituiu-se ainda o conceito de “crime idiomático”, ou seja, um instrumento do Estado Novo “que dispunha sobre que língua se deveria falar, quando e onde”, conforme Eni Puccinelli Orlandi (2009, p. 113). O Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938, em seu artigo 86, proibiu o uso de língua estrangeira na publicação de livros, revistas ou jornais na zona rural, e, em seu artigo 87, submetia este tipo de publicação, no meio urbano, à censura prévia do Ministério da Justiça. Além disso, o mesmo decreto, no artigo 39, parágrafo 1º, fixava em 25% a concentração de estrangeiros de uma só nacionalidade em um mesmo núcleo colonial. Já o artigo 2º do Decreto-lei 868, de 18 de novembro de 1938, que criava o Conselho Nacional de Ensino Primário, em sua alínea b, explicitava, entre as competências do novo órgão, “nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira”<sup>5</sup>.

E a repressão, mesmo antes do início da II Guerra Mundial, ampliou-se a tal ponto que o Decreto-lei 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispunha sobre “a adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros”, proibiu, em seu artigo 15, a utilização de línguas estrangeiras em público, incumbindo o Conselho de Imigração e Colonização de “fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, se necessário, inspeções secretas” (artigo 8º, alínea b), e encarregando os interventores federais a “remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e localização de imigrantes” (artigo 9º, alínea b). Segundo Giralda Seyferth (1999, p. 220-221), a obrigatoriedade do ensino em língua vernácula e a instituição sucessiva de medidas intervencionistas através de decretos estaduais e da legislação federal nos anos de 1938 e 1939 inviabilizaram as escolas etnicamente orientadas. “Muitas tiveram de encerrar suas atividades porque não cumpriram as principais exigências contidas na nova legislação: todas as escolas deviam ter nomes brasileiros, só brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras,

---

<sup>5</sup> Interessante observar que a elaboração de uma política assimilacionista dos imigrantes, visando o apagamento de suas características culturais, deveu-se a um dos modernistas de primeira hora, o poeta e ficcionista Ribeiro Couto (1898-1963). Suas ideias estão presentes num relatório apresentado ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, em 5 de outubro de 1940. (Couto, 1941, p. 18-34).

as aulas deviam ser ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos, as subvenções de governos e instituições estrangeiras foram proibidas”. E continua: “O Exército teve participação efetiva na repressão das manifestações de etnicidade, na imposição do civismo e no controle do uso das línguas estrangeiras (...) Na visão militar, estava sendo travada uma guerra contra ‘quistos étnicos’ que ameaçavam a soberania nacional. E a primeira batalha a ser vencida era a erradicação do uso cotidiano dos idiomas estrangeiros. A língua portuguesa, como ‘cimento da brasilidade’ e instrumento de adaptação à sociedade nacional, devia chegar ao lar, à igreja, aos espaços de lazer, aos locais de trabalho” (Seyferth, 1999, p. 221).

O golpe final veio em 1942, quando no dia 22 de agosto o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, Itália, Alemanha e Japão, curiosamente o segundo, quarto e quinto maiores fornecedores de mão-de-obra imigrante, responsáveis por 40% do total de quase 5 milhões de entradas entre 1884 e 1953<sup>6</sup>. Em 31 de agosto o governo baixou o Decreto-lei 4.637, destinado aos “súditos dos países com quem o Brasil esteja em estado de guerra”, suspendendo seus direitos eleitorais e proibindo o comparecimento a assembleias sindicais (artigo 8º), obrigando os diretores das entidades sindicais a cientificar, “sob pena de destituição, todos os fatos, que venham ao seu conhecimento, atentatórios da segurança nacional” (artigo 9º). Outro decreto-lei, o de número 4.638, do mesmo dia, facultava aos empregadores o direito de rescindir os contratos de trabalho com empregados estrangeiros (artigo 1º), que receberiam apenas metade da indenização paga a um trabalhador brasileiro (artigo 3º), suspendendo ainda os dispositivos legais que asseguravam o direito à estabilidade (artigo 5º) e impondo que, a cada empregado estrangeiro despedido, deveria corresponder a admissão de um empregado brasileiro (artigo 6º).

A onda nacionalista – radicalizada pelo afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães – respaldou o Decreto-Lei 4.166, de 11 de março de 1942, que determinou o confisco de bens de cidadãos alemães, italianos e japoneses, o que provocou uma onda de agressões aos imigrantes em várias partes do país

---

<sup>6</sup> Superados apenas pelos portugueses, em primeiro lugar, e os espanhóis, em terceiro.  
Contexto (ISSN 2358-9566) Vitória, v. 2, n. 46, 2024  
<https://doi.org/10.47456/contexto.v2i46.47431>

e a mudança compulsória de nomes de logradouros públicos, de cidades e até mesmo de associações desportivas<sup>7</sup>, como o caso dos dois clubes da comunidade italiana chamados Palestra Italia, de São Paulo e Belo Horizonte. O Palestra Italia de São Paulo, fundado em 26 de agosto de 1914, tornou-se Sociedade Esportiva Palmeiras<sup>8</sup> e o Palestra Italia de Belo Horizonte, fundado em 2 de janeiro de 1921, tornou-se Cruzeiro Esporte Clube<sup>9</sup> – ambos, aliás, usam ainda hoje cores alusivas à Itália: o verde presente na camisa do Palmeiras remete à bandeira italiana, e o azul da camisa do Cruzeiro alude às cores da Casa de Savoia, responsável pela unificação da Itália.

Aqui nos perguntamos: quanto desta saga aparece retratada na literatura brasileira? A resposta, embora tenha uma explicação possível, é desalentadora: praticamente nada. Nas poucas vezes em que os imigrantes italianos surgem em contos e romances, em geral são apresentados de forma caricata, estereotipada ou superficial. Isso pode ser observado na prosa macarrônica de *La Divina Encrenca* (1915), de Juó Bananère (pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado); no arrivismo-clichê presente em *Fazenda* (1940), de Luís Martins, e no “enfoque redutor” oferecido por Oswald de Andrade nos dois volumes de *Marco Zero: A revolução melancólica*, de 1943, e *Chão*, de 1946 (Capela, 2001, p. 147-164); na criação do “mito do italiano bem sucedido” promovido por Plínio Salgado, em *O estrangeiro* (1926), e na visão despida de empatia de Mário de Andrade em alguns d’*Os contos de Belazarte* (1934) (Pozenato, 2021). Salvam-se, de alguma maneira, as histórias de *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927), de Alcântara Machado, nos quais percebe-se pelo menos

---

<sup>7</sup> O Brasil manteve ainda, durante o período em que permaneceu em estado de guerra contra os países do Eixo (1942-1945), cerca de cinco mil pessoas em campos de concentração. Até hoje, as informações sobre essas prisões são escassas, já que os documentos referentes aos chamados “campos de internamento” só perderam o caráter confidencial em 1996. Sabe-se da existência de pelo menos 12 destes campos de concentração, localizados em Porto Alegre (RS), Florianópolis e Joinville (SC), Curitiba (PR), Pindamonhangaba e Guaratinguetá (SP), Pouso Alegre (MG), Niterói (RJ), Araçoiaba (PE) e Tomé-Açu (PA). (Perazzo, 2009).

<sup>8</sup> Inicialmente, o clube mudou o nome de Palestra Italia para Palestra de São Paulo, em 13 de março de 1942. Mas, ainda assim, não conseguiu se livrar das acusações de ser um clube italiano. Então, no dia 14 de setembro do mesmo ano – ou seja, seis meses depois – tornou a mudar de nome, agora em definitivo, para Sociedade Esportiva Palmeiras.

<sup>9</sup> Pressionada, a direção do clube cogitou a troca do nome de Palestra Italia por Palestra Mineiro, Ypiranga e Yale, antes de optar por Cruzeiro – homenagem ao Cruzeiro do Sul, constelação representada na bandeira brasileira –, troca oficializada em 7 de outubro de 1942.

uma certa ternura pelas personagens, e a representação de caracteres esparsos em *O tempo e o vento* (1949-1961), de Erico Veríssimo. Note-se que nenhum dos autores citados possui ascendência italiana.

A literatura de ficção produzida por *oriundi*, tratando do tema, ainda é escassa<sup>10</sup>. Citam-se *Filhos do povo* (1945), de Tito Badini; *Filhos do destino* (1950), de Hernani Donato; a trilogia *O quatrilho* (1985), *A Cocanha* (2000) e *A Babilônia* (2006), de José Clemente Pozenato; *Alma de violino* (2004), de Fernando Cesário; *Degeneração* (2021), de Fernando Bonassi; alguns contos de Dalton Trevisan, algumas obras de Marcos Rey (pseudônimo de Edmundo Donato), algumas páginas de Domingos Pellegrini. Também há um esforço da minha parte de reconstruir a chegada e permanência dos imigrantes italianos e seus descendentes em livros como *Inferno provisório* (2016), *O verão tardio* (2019) e *O antigo futuro* (2022)<sup>11</sup>.

Disse, anteriormente, que há uma explicação possível para a ausência da representação da saga dos imigrantes italianos no Brasil e aqui a desenvolvo. Ao chegar ao Brasil, as famílias, em sua maioria compostas por agricultores analfabetos, tiveram que inicialmente resolver questões básicas de adaptação e sobrevivência: dedicaram-se a garantir moradia, comida e vestimenta para os filhos, proporcionando a eles, a primeira geração nascida no Brasil, condições mais dignas de vida. Além disso, a literatura exige, para sua execução, educação formal e sólida cultura. Assim, somente a partir da segunda e terceira gerações, ou seja, os netos e bisnetos dos pioneiros, equacionadas as demandas essenciais do corpo (casa, alimento, roupa), puderam dedicar-se às coisas do espírito, algo que só ocorreu a partir de meados da década de 1970<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Esse fato ocorre ainda que a presença de descendentes de italianos seja cada vez mais visível no mercado editorial brasileiro. Sem a pretensão de esgotar a lista, podemos citar, entre outros, Wander Piroli, Renata Pallottini, Mafra Carbonieri, Ivan Angelo, Affonso Romano de Sant'Anna, Elvira Vigna, Ivone Benedetti, Edney Silvestre, Cristóvão Tezza, Ronaldo Cagiano, Sergio Fantini, João Anzanello Carrascoza, Fernando Fiorese, Lourenço Muttarelli, Adriana Lunardi, Eliane Brum, Ronaldo Bressane, Luiz Henrique Pellanda, Marcia Tiburi, Cecilia Giannetti.

<sup>11</sup> Carbonera, 2011, p. 205-251; Carbonera, , 2012. p. 109-121; Carbonera, 2018, p. 349-360.

<sup>12</sup> Tanto que, observando a origem dos autores *oriundi* lançados antes dessa data, percebemos que são todos descendentes de imigrantes desembarcados no Brasil com profissões regulares, como, por exemplo, Menotti del Picchia (1892-1988), filho de um pintor de cenários de igrejas; Dante Milano (1899-1991), filho de um maestro; Cyro dos Anjos (1906-1994), Versiani por parte

A emigração é sempre a encenação de uma tragédia. Ao deixar o torrão-natal – e essa é uma decisão tomada quando já não resta absolutamente nenhuma esperança –, somos obrigados a abandonar não apenas a língua materna, os costumes, as paisagens, mas, mais que tudo, os ossos dos entes queridos, ou seja, o signo que indica que pertencemos a um lugar, a uma família, que possuímos, enfim, um lastro. Quando assentado em outras plagas, o imigrante tem que inventar-se a partir do nada, reinaugurando-se dia a dia, numa terrível luta contra a invisibilidade, numa incessante tentativa de não ser identificado como estrangeiro, forasteiro, estranho. E, assim, envergonhado do rastro de miséria, tende a apagar o passado, buscando incorporar-se rapidamente à nova realidade, como se, aplicando verniz sobre as feridas, conseguíssemos estancar a angústia causada pelo fato de não termos raízes.

Eu preferi enfrentar o desafio de tentar resgatar essa memória de dores, frustrações, esquecimento. Para isso, me debrucei sobre a trajetória dos italianos destinados a Minas Gerais, e, mais particularmente, à Zona da Mata.

Minas Gerais recebeu o terceiro maior fluxo de imigrantes italianos, depois de São Paulo e Rio Grande do Sul: foram cerca de 70 mil pessoas contratadas para a lavoura do café<sup>13</sup>, chegados esporadicamente a partir de 1887, e em massa a partir de 1894, até o movimento estancar na primeira década de 1900<sup>14</sup>. Desembarcados no Rio de Janeiro, seguiam para Juiz de Fora, onde eram internados para quarentena na Hospedaria Horta Barbosa, inaugurada em 1889, que, tendo capacidade para 600 pessoas, abrigava até quatro vezes mais, sujeitos à falta de higiene, doenças e promiscuidade. A maioria dos imigrantes

---

de mãe, filho de fazendeiro; Lucia Benedetti (1914-1998), filha de um alfaiate e músico; Zélia Gattai (1916-2008), filha de um operário especializado.

<sup>13</sup> Destes, cerca de 1,5 mil destinaram-se à construção de Belo Horizonte, obras que se arrastaram entre 1894 e 12 de dezembro de 1897, quando a nova capital de Minas Gerais foi oficialmente inaugurada.

<sup>14</sup> “Até hoje não há um consenso quanto ao total de imigrantes vindos ou estabelecidos em Minas. Com base em estudo mais recente (Campoli, 2013), teriam entrado no auge do processo de imigração 68.474 imigrantes italianos entre 1888 a 1901, com base nos registros existentes na Hospedaria Horta Barbosa em Juiz de Fora. Se se considerar todo o período analisado, Minas teria recebido 77.483 imigrantes italianos entre 1872 a 1930 (Campoli, 2013, p.34 e 42; Giroletti, 2015, p. 330; De Zettiry, em seu relatório, escreve: “Calcolo che Minas non ospiti attualmente meno di 80,000 italiani occupati nell’industria agricola, nelle industrie varie e nei commerci” (Op. cit, p. 11).

Contexto (ISSN 2358-9566)

Vitória, v. 2, n. 46, 2024

<https://doi.org/10.47456/contexto.v2i46.47431>

provinha do Vêneto, na época uma das regiões mais pobres e atrasadas da Itália<sup>15</sup>. Os vênetsos eram preferidos pelos fazendeiros, devido à sua “parcimônia, frugalidade e, sobretudo, docilidade” (Trento, 1989, p. 41).

Hoje, estima-se que existam cerca de 1,5 milhão de descendentes de italianos em Minas Gerais, dispersos principalmente pelas regiões de Belo Horizonte, Sul e Leste. No entanto, o Estado tem sido ignorado em quase todos os levantamentos oficiais sobre a imigração italiana para o Brasil, situação que somente a partir do século XXI começou a ser revista (Monteiro, 1994). Poucos são os historiadores e pesquisadores que se dedicam ao tema e raros os resultados desses estudos. Se nos detivermos, então, à Zona da Mata, onde cidades inteiras claramente ostentam indícios da presença *oriundi* nos nomes de suas famílias, fica mais evidente o menosprezo a que fomos relegados<sup>16</sup>.

Conhecida como Sertões do Leste, a Zona da Mata era considerada “Área Proibida” até fins do Século XVIII – os assentamentos populacionais na região eram rigorosamente reprimidos, na tentativa de conter o escoamento do ouro produzido em Vila Rica unicamente pelo Caminho Novo, estrada que ligava aquela zona ao Rio de Janeiro, via Juiz de Fora<sup>17</sup>. Somente após o esgotamento das reservas auríferas iniciou-se, já nas primeiras décadas do século XIX, a efetiva ocupação da Zona da Mata, que, em pouco tempo, teve derrubada sua cobertura vegetal e dizimada sua população indígena<sup>18</sup>. Assim, as terras,

<sup>15</sup> Situada a nordeste da Itália, e formada por sete províncias (Belluno, Padova, Rovigo, Treviso, Veneza, Verona e Vicenza), forneceu mais de ¼ dos cerca de 1,5 milhão de imigrantes que entraram no Brasil.

<sup>16</sup> “Várias cidades da Zona da Mata têm reivindicado ser a mais italiana de Minas Gerais”, afirma o pesquisador Julio Cezar Vanni (2009, p. 22). E lista: Juiz de Fora, São João Nepomuceno, Ubá (onde “mais de 70 por cento da atual população tem o generoso sangue peninsular”), Bicas, Mar de Espanha e Além Paraíba, concluindo que, no entanto, “a única a celebrar o centenário da imigração italiana” foi Pequeri, sua cidade-natal, à qual, aliás, dedica a maior parte do volume citado. Poderíamos ainda acrescentar à relação: Leopoldina (v. <http://www.cantoni.pro.br/colonia/constansa.htm>), Astolfo Dutra (v. MOREIRA, Rosalina Pinto. *Imigrantes... reverências*. Astolfo Dutra: 1999) e Rodeiro (v. NICOLATO, Sílvia de Azevedo. *Rodeiro: um olhar sobre sua história*. Rodeiro, 2001), entre outras.

<sup>17</sup> “A administração vedava o povoamento, por política fiscal, a fim de proteger o erário. Procurava-se manter a ligação da capitania ao Rio de Janeiro apenas por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando”. (Mercadante, 1973, p. 23).

<sup>18</sup> Em 1828, conta Enrique de Resende (1969, p. 22), o “apóstolo das selvas mineiras”, o francês Guido Marlière, visitou o Porto dos Diamantes (primitiva denominação de Cataguases) e lá encontrou, “distanciados uns dos outros, nada mais de trinta e oito fogos de brasileiros - simples choças ou casebres - e algumas aldeias de Coroados, Coropós e Puris”. Em 1842, quando ali

baratas e virgens, incorporaram-se à cultura cafeeira, que se expandia rapidamente a partir das divisas com o estado do Rio de Janeiro.

Introduzido na região na década de 1830, o café da Zona da Mata adquiriu, quarenta anos depois, importância fundamental no total das exportações brasileiras<sup>19</sup>. Entre 1870 e 1880, para atender às exigências cada vez maiores de diminuição dos custos da produção, a malha ferroviária alcança a região<sup>20</sup>. A mesma estrada que transportava as sacas para o porto do Rio de Janeiro conduzia de volta levas e mais levas de imigrantes, que, fugindo da miséria do norte da Itália, substituíam, com vantagens pecuniárias para os fazendeiros, o trabalho escravo. Durou pouco, no entanto, a euforia. Os últimos imigrantes italianos, encaminhados em 1910 às colônias de Santa Maria, em Astolfo Dutra, e Constança, em Leopoldina, já se depararam com a decadência da cafeicultura e sua substituição paulatina e irreversível pela pecuária leiteira<sup>21</sup>.

As famílias que desembarcaram antes, a maioria absoluta na década de 1890, pouco tempo tiveram para se estabelecer. Menos de trinta anos após o início da contratação em massa de mão de obra italiana, a Zona da Mata teve sua economia inteiramente desmantelada – o golpe final foi dado pela quebra da

---

aporta o Major Vieira (Joaquim Vieira da Silva Pinto), vindo de Lagoa Dourada, “seguido de escravos, e abrindo picada na mata virgem” (p. 24) já não há mais menção a índios na região - e foram decorridos apenas 14 anos! A ocupação parece ter-se dado com tal violência que poucos traços de miscigenação restaram entre os habitantes locais. (Lanzieri, 2006).

<sup>19</sup> Por essa época, décadas de 1870-80, o café rendia mais de 50% dos recursos que entravam no país.

<sup>20</sup> A malha ferroviária penetrou a Zona da Mata por duas frentes distintas. Criada em 1858, a Estrada de Ferro D. Pedro II (mais tarde, Central do Brasil) atingiu Entre Rios (atual Três Rios) em 1867. Desta cidade fluminense partiam dois ramais, um em direção à estação de Porto Novo do Cunha (atual Além Paraíba), inaugurada em 1871, e outro rumo a Juiz de Fora, onde chegou em 1875. Em 1871, foi criada a Companhia de Estradas de Ferro Leopoldina (adquirida pelos ingleses, em 1898, tornou-se The Leopoldina Railway Company) que, partindo de Porto Novo do Cunha, via Leopoldina e Cataguases, chegou em Ubá, em 1879, onde, numa localidade denominada Ligação, encontrava-se com os trilhos da D. Pedro II, vindos de Juiz de Fora.

<sup>21</sup> O poeta ubaense (mas desde os cinco meses de idade morador de Cataguases) Ascânio Lopes (1906-1929), em um poema magnífico, “A fazenda não dá mais café”, já lamentava, na década de 1920, o quadro de declínio da região: “Cromos de folhinhas velhas enfeitam as paredes / quadros piedosos de santos, / retratos descorados de homens barbudos / de mulheres com roupas estranhas. / Móveis antigos e pesados, cadeiras mancadas / com a palhinha furada. / Teias de aranha, pó nas paredes / cheias de figuras e datas a carvão e a lápis. / Um cachorro dorme um sono tranquilo na sala de jantar. / Parece que há alguém muito doente / dentro da velha casa desanimada. / Crianças sujas brincam sem alegria / no terreiro cheio de mato. / Ar pesado. / Entretanto a fazenda já foi alegre e catita / mas começou a ficar assim desde que a terra cansou / e os cafeeiros envelheceram”. (Ruffato, 2005, p. 42).

bolsa de Nova York em 1929 e a tomada do poder central por uma nova elite política, no ano seguinte. Com isso, a região mergulhou num processo de letargia, que absorveu a quase totalidade de suas cidades<sup>22</sup>. O empobrecimento empurrou as famílias imigrantes para a agricultura de subsistência, em terras pouco férteis e distantes dos centros consumidores<sup>23</sup>, já que a própria rede ferroviária, subutilizada a partir de 1930, torna-se obsoleta, até ser desativada na década de 1960. Assim, ironicamente, as famílias destinadas à Zona da Mata, que fugiam da indigência na Itália, acabaram se deparando com um cenário não muito alentador nessa região do Brasil<sup>24</sup>, num processo bastante semelhante ao que ocorreu com os imigrantes alemães encaminhados para Juiz de Fora<sup>25</sup>.

Na Zona da Mata, preocupados unicamente com a difícil sobrevivência, os imigrantes conseguiram, com o parco capital acumulado, adquirir pequenos pedaços de terra (que chamavam genericamente de “sítio”)<sup>26</sup>, onde cultivavam, utilizando mão de obra familiar, produtos essenciais para o consumo próprio, como arroz, feijão e milho (para a feitura de bolos que substituíam os pães de trigo, e ração para os animais), legumes, verduras e frutas, além da cana-de-açúcar, que complementava a alimentação dos bois para abate e das vacas leiteiras, criados soltos no pasto. No quintal, mantinham as “criações”, frangos para corte e galinhas poedeiras, mas também patos, marrecos, perus e galinhas

---

<sup>22</sup> À exceção, na época, de Juiz de Fora e Cataguases, que drenavam havia tempos os capitais do café para a indústria. Juiz de Fora inaugurou, em 1889, a primeira hidrelétrica da América Latina, a Usina de Marmelos, que proporcionou o aparecimento de um importante parque têxtil. Assim também Cataguases, com o início do funcionamento da Usina Maurício, em 1908.

<sup>23</sup> Vanni dá-nos um quadro vivo da situação: “Aos sábados e domingos era comum vê-los [os italianos] pelas ruas das vilas e cidades com feiras de frangos, balaios de ovos e cestos de legumes, verduras, frutas (...) que vendiam de porta em porta”. Op. cit, p. 42.

<sup>24</sup> Além de problemas inerentes à imigração (dificuldades com o idioma, clima, comida, etc), os italianos que aportaram na Zona da Mata sofreram violências e arbitrariedades nas mãos de fazendeiros e feitores. (Paula, 1980, p. 25).

<sup>25</sup> Contratados para a construção da Estrada União & Indústria, idealizada pelo empresário Mariano Procópio Ferreira Lage, ligando a cidade do Rio de Janeiro a Juiz de Fora, os imigrantes alemães, oriundos da Pomerânia, foram alocados em terras pouco férteis de Juiz de Fora, após o término da obra, em 1858. Sem qualquer apoio, e sem sequer terem respeitadas as suas diferenças religiosas (cerca de metade praticava o luteranismo), a colônia rapidamente entrou em decadência, e hoje, empobrecidos, vivem na periferia da cidade, sendo que muitos sequer conseguem pronunciar seus complicados sobrenomes.

<sup>26</sup> “(...) muitos imigrantes italianos tornam-se produtores autônomos de café em pequenas e médias propriedades, adquiridas por eles com recursos acumulados na agricultura, na prestação de serviços como assalariados ou mediante a compra de um módulo de terra quando de sua participação na fundação de núcleos coloniais organizados pelo governo ou por particulares nas Zonas da Mata e do Sul”. (Giroletti, op. cit. p. 336).

d'angola. Havia ainda porcos nos chiqueiros e, eventualmente, cabritos e coelhos. Como moeda de troca, além dos excedentes da produção caseira, apenas o fumo, que vendiam em cordas.

Vivendo espartanamente, isolados em suas propriedades montanhosas, muitas vezes de difícil acesso, vencidas as distâncias a custo por meio de cavalos, charretes ou carros de boi, pouco tempo restava para a convivência com outras famílias. Os inúmeros filhos e filhas, embora compreendessem a língua dos pais, quando iam à cidade, por ocasião da missa de domingo ou de festas religiosas, batizados e casamentos, ou ainda de enterros, comunicavam-se em português para se sentirem pertencentes à comunidade. Além do idioma, nem mesmo os sobrenomes conseguiram manter: na hora de proceder ao registro dos descendentes, os escrevães, sem entender direito o português estropiado, anotavam o que lhes parecia ter um som assemelhado ao ouvido, que o imigrante, analfabeto, não conferia<sup>27</sup>.

Há referências a imigrantes vivendo na região de Ubá desde meados do Século XIX, geralmente vindos do sul da Itália e dedicados a profissões citadinas, como caldeireiros, ferreiros, alfaiates, marceneiros. O pesquisador Julio Cezar Vanni (2009, p. 17-18) afirma que em viagem a Minas Gerais, em 1882, o imperador Pedro II foi surpreendido, na cidade, com uma homenagem prestada “por uma banda de música composta somente de imigrantes peninsulares”. Mas a maioria dos italianos apenas desembarcou na região após a Abolição da Escravatura. Em Rodeiro, antigo distrito de Ubá, e cidade de onde provém minha família, Silvia de Azevedo Nicolato conta que os imigrantes chegaram em 1892<sup>28</sup>. Na sede do município instalaram-se as famílias dos De Filippo, João Rubinich e Eugênio

---

<sup>27</sup> O caso da minha avó é emblemático. Há, na região de Ubá, um estranhíssimo sobrenome italiano, Miguilito. Após alguma pesquisa descobri que o nome de família original da minha avó, Maria, era Micheletto. De Micheletto escreveu-se Miqueleto. Algum escrevão leu o nome e viu o “q” transformado em “g” e os “e”, mal escritos, parecendo um “i”... Daí, num passe, Micheletto transformou-se em Miguilito...

<sup>28</sup> “Após desembarcarem no Rio de Janeiro, eles vieram de trem para Juiz de Fora, seguindo, então, para Furtado de Campos [distrito de Rio Novo] e São João Nepomuceno. Depois eles se estabeleceram na Colônia Santa Maria, em Campestre [na verdade, em Astolfo Dutra]. No início do século XX, com o crescimento de suas famílias, os imigrantes italianos começaram a se espalhar por toda a região, tendo alguns grupos se radicado em nossa terra”. (Nicolato, 2001, p. 39.

Nicolato, enquanto as demais buscaram as propriedades rurais: Serafim Jorge (Giorgi), Angelo e José Juste (Giusti), Giácomo Bassoto (Bassotto), Santos Benevenute, Fioravante Paro e Luis Schiavon na Serra, a caminho de Astolfo Dutra; Amadeu Schiavon, na comunidade da Moradinha; os Tolomeu (Tolomeo), Domingos Paschoalino (Pascalino), e Carlos e Heitor Gravina, no Morro do Anastácio; Olívio Contin, na Fazenda Boa Esperança; Alexandre Juste (Giusti) e Carlos Nalon, na Bagagem; os Ferrari, os Volpato, os Vanelli, Luis Paschoalino (Pascalino) e Pedro, Antonio e José Rufato (Ruffato), entre as margens do ribeirão Ubá e a estrada para a Serra da Onça; os Pacelli e os Bafa (Baffa), no Tanque Grande; e os Miguilito (Micheletto) e Federico Rufato (Ruffato), na saída da cidade, em direção a Ubá<sup>29</sup>.

Em cópia, emitida em 1972, da certidão de casamento, consta que meu avô, João Ruffato, nasceu em Ubá (!!!!) no dia 8 de setembro de 1888, filho de José (???) Ruffato e Maria Pedro (???). Digo *consta*, porque toda a história dos italianos no Brasil é envolta em brumas... Segundo esse documento, no dia 10 de outubro de 1917 ele se casou com Maria Miquelitto (a corrupção do sobrenome já havia se iniciado), nascida na Itália (não há uma indicação precisa da cidade, somente da província, Treviso) em 15 de setembro de 1897, filha de Angelo Miquelitto e Philomena Pretti. Mas, na verdade, meu avô Giovanni Maria Ruffato nasceu no dia 8 de setembro de 1888 na comuna de Massanzago, província de Padova, região do Vêneto, filho de Giuseppe Ruffato e Luigia Pierbon. Ele desembarcou no Rio de Janeiro no dia 19 de outubro de 1891, portanto com três anos de idade. Após a triagem na Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, a família foi designada para trabalhar numa fazenda de café em Piau, localidade que, por essa época, pertencia a Rio Novo, situada a meio caminho entre Juiz de Fora e Ubá. Após conseguir amearhar um pequeno capital, dirigiu-se a Ubá, onde se casou com Maria Micheletto, com quem teve

<sup>29</sup> Além dessas famílias, NICOLATO lista, entre os moradores da área rural de Rodeiro: Basólio (Basoli), Bedendo, Bonente (Bonenti), Bonoto (Bonotto), Ciconha (Cicogna), Corbelle (Corbelli), Dalsasso, Delazare (Delazzari), Dini, Fazola (Fazzola), Fortunato, Gatto, Lanes (Lanese), Líquer (Licheri), Lizardo (Lizzardi), Marquiori (Marchiori), Mazzine (Mazzini), Melato, Médiçi, Natalino, Peron, Pujoni (Puggioni), Roella, Roia, Rufino (Ruffino), Scapulatempori (?), Segheto (Seghetta), Singulano (?), Tente (Tenti), Thinassi (Tinacci), Toaiare (Toaiari), Trevisol, Trócoli (Troccolo), Viscentin (Vicentin), Vitório (Vittorio) e Zócoli (Zoccoli).

oito filhos: José (nascido numa localidade chamada Córrego de São Pedro), Maria, Pedro, Federico e Antonio (nascidos em Córrego Alegre), Geni, Olavo e Hilda (nascidos em Córrego das Corujas). Na primeira metade da década de 1940, finalmente realizou seu sonho: comprou uma pequena propriedade, pomposamente denominada Fazenda do Paiol, em Rodeiro, onde criou a família e morreu, em 1961.

Sebastião Cândido de Souza, meu pai, órfão aos dois anos, nascido em 1928, em Guidoal, embora filho de portugueses, foi criado, assim como seu irmão, Arlindo, como agregado dos Nalon, primeiro na Bagagem (Rodeiro), depois em Dona Eusébia. Em 1951, casou-se com minha mãe, Geni, e um ano depois nascia, em Rodeiro, José Célio<sup>30</sup>. Após algumas idas e vindas, radicaram-se em Cataguases, que parecia oferecer melhores perspectivas de futuro, onde viemos ao mundo minha irmã, Célia Lúcia, em 1956, e eu, em 1961.

Embora vivêssemos em Cataguases, meu pai trabalhando como pipoqueiro, minha mãe como lavadeira de roupas, minhas férias, as pequenas (julho) e as grandes (dezembro, janeiro e fevereiro), eu as consumia no núcleo original dos Ruffato, na Fazenda do Paiol, em Rodeiro. Até 1967, tomávamos o trem em Cataguases, chamado “misto” porque arrastava, indiscriminadamente, vagões de passageiros e de cargas, e descíamos em Diamante. Continuávamos a viagem de charrete, quando alguém, previamente avisado, nos esperava na estação, ou a pé. Da área urbana de Rodeiro à roça enfrentávamos ainda pouco menos de uma légua (cerca de quatro quilômetros) de uma estrada de chão que coleava por entre os morros. A partir de 1967, com a extinção da ferrovia, passamos a transpor o itinerário de ônibus – a Viação Marote (Marotti) fazia a linha Cataguases-Ubá, via Rodeiro, pouco mais de 50 quilômetros vencidos em três horas, rodando por uma estrada poeirenta ou lamacenta, dependendo da época do ano<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Morto prematuramente em 1978, em Cataguases.

<sup>31</sup> Nesta época, no casarão-sede da Fazenda do Paiol moravam a família do meu tio Antonio, casado com Hilda Singulani; minha avó, Maria; sua irmã, Ana (Nana); a viúva do meu tio Olavo, morto em 1970, Zilda Ferrari, e filhos. Próximo, a família do meu tio Pedro, casado com Maria Aparecida da Silva, e, mais além, a do meu tio José, casado com Guelmara Bettio. O meu tio Federico, casado com Geralda Pinto, possuía uma fazenda na saída para Ubá; e minhas tias

O que restou da presença italiana por ali? Quase nada, além de sobrenomes mutilados... Alguns traços da culinária, quem sabe... A caçarola, espécie de pudim de queijo que obrigatoriamente devorávamos a caminho da roça... A minestra, a polenta, o macarrão com abobrinha, a sofisticada flor de abóbora à milanesa que minha mãe adornava caprichosa, e a inesquecível piada, algo como um crepe que meu tio Pedro nos ofertava em longínquos cafés da manhã de tempos idos... Que mais? Talvez um excessivo apego à família, uma inflexível ética do trabalho, um arraigado catolicismo, um certo otimismo ingênuo<sup>32</sup>...

Termino citando um trecho do escritor Edmondo De Amicis, que, em 1889, já então conhecido autor do best-seller *Coração*, lançado em 1886, publicou um relato comovente sobre sua viagem de Gênova para Montevideu, onde, a bordo do navio Galileo, observou de perto a tragédia dos imigrantes, seus conterrâneos, viajando na terceira classe rumo a terras desconhecidas, e que serve como epígrafe ao meu romance *O antigo futuro*.

Escreve De Amicis (2019): “Ó miséria errante do meu país, pobre sangue extraído das artérias da minha pátria, meus irmãos dilacerados, minhas irmãs sem pão, filhos e pais de soldados que combateram e combaterão pela terra onde não puderam e não poderão viver; (...) somos nós os culpados dos vossos sofrimentos, da desconfiança hostil com que nos veem às vezes; (...) também nós somos maculados pelos defeitos e culpas dos quais vos criticam no mundo, porque não vos amamos o suficiente, porque não trabalhamos o quanto deveríamos pelo vosso bem. (...) vocês são a pátria e o mundo, e até quando

---

Hilda (casada com Elmo Martins) e Maria (casada com Otacílio Massacesi) já haviam se mudado para Rodeiro e Ubá, respectivamente. Atualmente, os Ruffato encontram-se espalhados por Rodeiro, Ubá e Juiz de Fora, principalmente.

<sup>32</sup> Hoje, a região de Ubá congrega um dos mais importantes polos moveleiros do Brasil, com cerca de 500 indústrias que geram 15 mil empregos diretos e outros 20 mil empregos indiretos. O polo é constituído pelos municípios de Ubá, Rodeiro, Visconde do Rio Branco, Tocantins, São Geraldo, Rio Pomba, Guidoal e Piraúba. Curiosamente, os maiores polos moveleiros do Brasil encontram-se em regiões de forte presença italiana (Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina) e, mais curioso ainda, o fato de que a Itália é hoje um dos mais importantes centros moveleiros do mundo, sendo exatamente o norte do país, Lombardia e Vêneto, ou seja, a região de origem da maioria dos imigrantes destinados ao Brasil, responsável por 39% do total das 16 mil empresas que se ocupam do setor, que geram 125 mil empregos diretos.

vocês continuarem a derramar lágrimas sobre a terra, qualquer felicidade dos outros será egoísmo, e qualquer orgulho nosso, falsidade”.

## Referências

CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt. Italianos na ficção brasileira: modernidade em processo. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 21, jul.-dez. 2001.

CARBONERA, Ildo. O mundo italiano imigrante e a cidade grande. In: \_\_\_\_\_. *Narrativas ítalo-brasileiras: Dove è la Cuccagna? Uberlândia*: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2011. p. 205-251.

CARBONERA, Ildo. Do mundo rural ao mundo urbano. In: \_\_\_\_\_. *Imigração italiana: Da Cuccagna ao Google Earth*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012. p. 109-121.

COUTO, Ribeiro. O problema da nacionalização. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, jan. 1941, p. 18-34.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. Tradução: Sérgio Buarque de Hollanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

DE AMICIS, Edmondo. *Em alto mar*. Tradução de Adriana Marcolino. São Paulo: Nova Alexandria, 2019.

DE ZETTIRY, Arrigo. *Viagem às colônias italianas do Espírito Santo*. Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2021.

INFANTE, Ulisses. A imigração italiana no *Inferno provisório*. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, jul.-set. 2018, p. 349-360.

LANZIERE Júnior, Carlile; FRADE, Inácio (Orgs.). *Muitas Cataguases - novos olhares acerca da história regional*. Juiz de Fora: Editar, 2006.

LILLI, Andrea. Boa sorte: storie di emigranti italiani in Brasile: gli italiani della Sabinada. *Sarapegbe: rivista di cultura e società del Brasile e altri mosaici*. Roma, ano IV, n. 11, gen./giu., 2015. Disponível em: <https://www.sarapegbe.net/articolo.php?quale=159&tabella=articoli#portoghese>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste - Estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MONTEIRO, Norma Góes de. *Imigração e colonização em Minas 1889-1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

NICOLATO, Silvia de Azevedo. *Rodeiro: um olhar sobre sua história*. Rodeiro, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua brasileira e outras histórias - discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: Os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanistas / Imprensa Oficial, 2009.

POZENATO, José Clemente. Personagens italianos na pauliceia desvairada. 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.silvanatoazza.com.br/opiniao/detalhe/personagens-italianos-na-pauliceia-desvairada>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RECEASEAMENTO do Brazil em 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf). Acesso em: 12 dez. 2024.

RECEASEAMENTO geral do Brasil. (1º de setembro de 1940). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd\\_1940\\_dadosgeais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940_dadosgeais.pdf). Acesso em: 12 dez. 2024.

RESENDE, Enrique de. *Pequena História Sentimental de Cataguases*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1969.

RUFFATO, Luiz. *Inferno provisório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

RUFFATO, Luiz. *O verão tardio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUFFATO, Luiz. *O antigo futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RUFFATO, Luiz (Org.). *Ascânio Lopes - todos os caminhos possíveis*. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2005.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de imigração italiana no Brasil. Tradução: Mariarosaria Fabris e Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

VANNI, Julio Cezar. *Tutti buona gente - Italianos na Zona da Mata*. Niterói: Editora Communità, 2009.

VILLA, Deliso. *História esquecida - Storia dimenticata*. Porto Alegre: Est, 2002.